

Agosto de 2014 é o prazo final estipulado pela lei para que os municípios transformem os muitos lixões ainda existentes no Brasil em aterros sanitários, áreas especialmente preparadas para receber resíduos de forma a não contaminar o solo e os lençóis freáticos. Coordenador da conferência acredita que as prefeituras não conseguirão fazer as reformas a tempo

Conferência discute execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Joseana Paganine

TRÊS ANOS DEPOIS de aprovação, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) será o tema da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, que acontece de quinta-feira a domingo, no Centro Internacional de Convenções, em Brasília. A escolha do tema para a conferência não se deu à toa. Agosto de 2014 foi o mês estabelecido pela política para que todos os lixões ainda em atividade no Brasil sejam fechados ou substituídos por aterros sanitários.

— O governo federal considerou o momento oportuno para discutir o assunto nessa conferência como forma de dar impulso à implantação das medidas previstas na lei e de envolver a sociedade nessa questão importante e de impacto na vida de todos — explicou o coordenador-geral do encontro, Geraldo Abreu.

Para que cumpram o prazo, os municípios precisam mesmo de um impulso. Os estudos anuais da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) mostram que o Brasil vem avançando muito lentamente. Um ano antes da promulgação da lei, em 2009, 1.688 municípios possuíam lixões, considerados inadequados por questões ambientais e sanitárias. Em 2012, o número

foi de 1.579 — uma diminuição de apenas 6% em três anos. Sem a preparação correta da área, os lixões podem contaminar a água e disseminar doenças.

Além disso, o volume de lixo que recebe destinação inadequada é grande e se mantém praticamente o mesmo. Em 2009, 43,2% do lixo — quase a metade de todos os resíduos sólidos produzidos no Brasil — foi para lixões ou aterros controlados. Em 2012, esse índice foi de 42% (quase 24 milhões de toneladas). Abreu avalia que o país não conseguirá eliminar todos os lixões até 2014, pois o passivo é grande. Mas, segundo ele, o ministério está otimista porque passos significativos já foram dados. Ele citou o exemplo do Distrito Federal, que está fazendo neste ano a transição do lixão para o aterro sanitário.

Planos

Em relação à aprovação dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, o atraso já é de dois anos. A política nacional previa que os planos fossem apresentados até agosto de 2012, o que não aconteceu.

Segundo o coordenador da conferência, o Ministério do Meio Ambiente deu todo o apoio para a produção dos planos, fez convênios com os municípios e elaborou um manual. Mas, na avaliação dele, o dia a dia da gestão municipal exige que os prefeitos concentrem suas ações



Lixão da Estrutural, em Brasília, o maior da América Latina: governo do Distrito Federal lançou em setembro, durante conferência regional, projeto para transformar a área

em áreas como saúde e educação.

Abreu acredita, no entanto, que as conferências estaduais e municipais foram importantes para ajudar e estimular as unidades a preparar os próprios planos. Ele disse que quase todos os estados já estão fechando as propostas. — Isso acontecerá também com os municípios, que participaram em grande número das

conferências preparatórias.

Ele lembrou que um dos pontos inovadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o que prevê consórcios intermunicipais. Na opinião dele, a maior parte dos pequenos municípios têm baixa capacidade técnica e financeira para executar sozinhos os planos. Juntos, a tarefa de tratar adequadamente o lixo pode ser facilitada.

Para onde vai o lixo

- ▶ **Lixão:** área de destinação final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação da terra e sem sistema de tratamento do chorume, líquido preto que escorre do lixo e contamina o solo e o lençol freático.
- ▶ **Aterro controlado:** fase intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, pois recebeu cobertura de argila e grama e captação de chorume e gás. Mas, segundo a Abrelpe, do ponto de vista ambiental e da saúde pública, representa pouca evolução em relação ao lixão.
- ▶ **Aterro sanitário:** terreno preparado previamente com o nivelamento de terra e com a selagem da base com argila e mantas de PVC, extremamente resistente. O lixo é coberto com terra ou outro material diariamente para evitar insetos, mau cheiro e poluição visual.

Reciclar gera riqueza, emprego e renda

Dar destinação adequada ao lixo não é apenas levá-lo para uma área preparada para recebê-lo. É selecioná-lo e reciclá-lo. A meta da política nacional é reciclar a maior quantidade de lixo e destinar ao aterro somente o que for rejeito. Em relação a isso, o Brasil melhorou nos últimos anos, mas precisa trabalhar.

Conforme levantamento a Associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), a quantidade de material reciclado passou de 5 milhões de toneladas em 2003 para 7,1 milhões de toneladas em 2008, o que corresponde a 13% dos resíduos sólidos das cidades. Quando se trata de lixo seco (plástico, vidro, metais, papel e borracha), a porcentagem de reciclados passou de 17% em 2004 para 25% em 2008.

Lançado em 2011, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis estabelece meta de 20% de lixo reciclado até 2015. A ideia é estimular o mercado de recicláveis por meio da desoneração dos produtos que contenham material reaproveitado em sua composição.

— O espírito é recuperar o

Como o Brasil trata o lixo					
	Total de lixo produzido (t/ano)	Destinação final (%)	Coleta seletiva (municípios)	Valores médios aplicados (por habitante/ano)	Recursos movimentados
2009	57.011.136	Aterro sanitário 56,8% Aterro controlado 23,9% Lixão 19,3%	3.152	R\$ 70,30	R\$ 17 bi
2012	62.730.096	Aterro sanitário 58% Aterro controlado 24,2% Lixão 17,85%	3.326	R\$ 83,76	R\$ 23 bi

Fonte: Abrelpe

lixo para reinseri-lo na cadeia produtiva, em um círculo virtuoso. Reaproveitar o lixo reduz a pressão sobre a natureza, pois é menos demanda por matéria-prima e menos poluição ambiental — afirmou Geraldo Abreu, coordenador da conferência.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o desperdício pela falta de reaproveitamento do lixo no Brasil gira em torno de R\$ 8 bilhões anuais. Atualmente, o setor de reciclagem gera R\$ 12 bilhões por ano.

Por isso, um dos principais pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o que diz respeito à responsabilidade da indústria e do comércio

na recuperação e destinação adequada do lixo. Entre eles, destacam-se as empresas, indústrias e lojas que trabalham com embalagens, baterias, eletroeletrônicos e agrotóxicos. Segundo Abreu, o ministério já recebeu proposta dos setores de embalagem e eletroeletrônicos.

Realidade

Os índices brasileiros de reciclagem de alumínio, papel, plástico e vidro se mantêm estáveis desde 2009. De acordo com dados da Abrelpe, são reciclados 98,3% das latas, 45,5% do papel, 47% do vidro e 57,1% das garrafas pet.

O Brasil é líder mundial em reciclagem de latas, está acima da média mundial (28,3%) em

reaproveitamento do alumínio de modo geral, com 36,4%. Quando se trata de recuperação de plástico, o Brasil vai bem no item garrafa pet. Fica atrás apenas do Japão, que recicla 77,9% do consumo de garrafas desse tipo, e à frente da Europa, com 48,4%. O mesmo acontece com o vidro, sobretudo o usado como recipiente, que, além de ter uma boa média de reciclagem, ainda conta com 33% de reúso doméstico. Apenas 20% das embalagens de vidro vão parar no lixo.

No caso do papel, o país ainda está muito atrás dos campeões, que têm o Japão na liderança, com 91,8% de reaproveitamento. O índice brasileiro é de cerca de 45%.

Senado cria subcomissão para acompanhar política

O Senado está atento à necessidade de cuidar da política relacionada ao lixo. No início deste mês, foi criada a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, vinculada à Comissão de Meio Ambiente (CMA). O objetivo é acompanhar o cumprimento das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios.

De acordo com o presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o que motivou a iniciativa foi o atraso na execução da política pela grande maioria das cidades. A subcomissão também vai discutir modos de financiamento dos serviços de limpeza urbana de responsabilidade das prefeituras.

O vice-presidente da subcomissão, Eduardo Amorim (PSC-SE), e o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), defenderam que os municípios concentrem os esforços no reaproveitamento de material descartável. A intenção é movimentar a cadeia produtiva

de resíduos sólidos e promover a inclusão social dos catadores.

Projetos

O Senado analisa hoje 20 projetos que tratam, direta ou indiretamente, da gestão dos resíduos sólidos. Entre eles, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 273/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que determina que os fabricantes de produtos

industrializados usem materiais reciclados como insumo.

Outro projeto em pauta na CMA é o PLS 207/2012, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), que cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários, destinado a financiar a construção dos depósitos. O fundo seria formado com recursos do Orçamento da União, com provisão inicial de R\$ 800 milhões.

Uma terceira proposta em pauta, o PLS 148/2011, de Cyro Miranda, disciplina o lixo médico e hospitalar. No caso, o texto trata especificamente do descarte de medicamentos de uso humano e de uso veterinário. O resíduo dos serviços de saúde é objeto ainda do PLS 653/2011, de Humberto Costa (PT-PE), que criminaliza a venda, a importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.

Cresce participação popular nas conferências de meio ambiente

A política já foi discutida em cinco tipos de conferências preparatórias: municipais, estaduais, regionais, livres (que podem ser propostas por qualquer cidadão) e virtuais. Essas etapas contaram com a participação de 200 mil pessoas e definiram propostas em torno de quatro eixos prioritários: produção e consumo sustentáveis, redução dos impactos ambientais, geração de emprego e renda e educação ambiental. Durante a etapa nacional, será produzido um documento final com 60 ações prioritárias, sendo 15 por eixo.

Em preparação à etapa nacional, foram realizadas 26 conferências estaduais, 179 regionais e 643 municipais, que

mobilizaram 3.652 cidades (65,61% do total). Também foram organizadas conferências livres em todos os estados, no total de 224, das quais participaram quase 25 mil pessoas.

A primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2003, teve como tema o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e mobilizou 65 mil pessoas em 508 municípios. Em 2005, ocorreu a segunda, com o tema "Gestão integrada das políticas ambientais e uso dos recursos naturais". Dessa edição, participaram 85 mil pessoas. A terceira conferência aconteceu em 2008 e contou com 115 mil pessoas para discutir mudanças climáticas.

Coleta seletiva se limita a ações muito básicas

De acordo com a pesquisa da Abrelpe, quase 60% dos municípios brasileiros (veja mapa) já têm ações para promover a coleta seletiva de lixo. Mas a maioria delas se resume à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou a convênio com cooperativas de catadores, iniciativas que não fornecem condições para aproveitar todo o potencial de reciclagem dos resíduos sólidos.

O volume de material selecionado e reciclado ainda está bem abaixo das possibilidades. Um exemplo é São Paulo. A maior cidade do Brasil, com 11,8 milhões de habitantes, é responsável por 13% dos resíduos sólidos domiciliares, conforme o IBGE. Recicla apenas 2% do total.

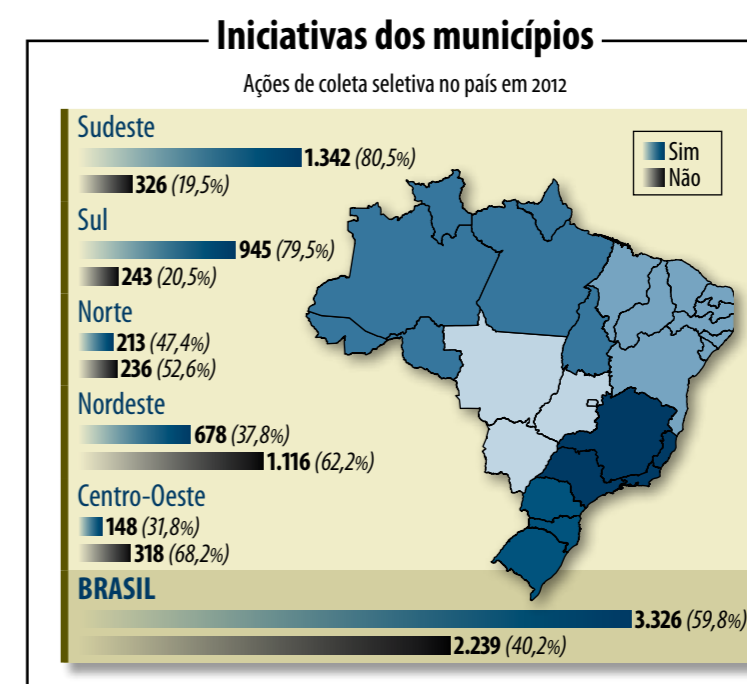
Estudo de 2010 realizado pela

Fundação Nacional de Saúde afirma que 30% dos resíduos

poderiam ser reaproveitados, desde que separados na fonte

e coletados seletivamente para serem encaminhados para reciclagem. Segundo Geraldo Abreu, o prefeito Fernando Haddad se comprometeu, durante a Conferência Estadual do Meio Ambiente, a ampliar de 2% para 10% a quantidade de resíduos reciclados até o final de 2014.

A maior parte do lixo produzido no Brasil, segundo dados da Abrelpe, é orgânica. Em 2012, foram cerca de 29 milhões de toneladas, 51,4% do total. A segunda parcela mais significativa, 26,6%, é de papel, papelão e plástico, material que pode ser facilmente separado do lixo orgânico pela coleta seletiva e encaminhado para a reciclagem. O restante do lixo é composto por metal (2,9%), vidro (2,4%) e outros (16,7%).



Fonte: Abrelpe

Saiba mais

4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente

<http://www.conferenciaemeioambiente.gov.br>

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe)

<http://www.abrelpe.org.br>

Dicas para coleta seletiva residencial

<http://bit.ly/dicasColeta>

Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre)

<http://www.cempre.org.br>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania



Cícero Lucena (D) preside audiência que criou a subcomissão, acompanhado de Vanessa Graziottin, Aníbal Diniz e Jorge Viana